

achegas para a determinação da autoria de algumas das composições atribuídas ao arrábido. Perante a tristeza que nos fica pelo facto de se tratar de um trabalho que o seu autor não poderá continuar, podemos apenas desejar que ela encontre eco noutros investigadores em que a tocante poesia do frade desperte a mesma dedicação.

Vanda Anastácio

SILVA, Carlos [et. al.] – *Martinho Lutero: diálogo e modernidade*. Prefácio de Frei Bento Domingues. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 1999. 164 p.

O volume que as Edições Universitárias Lusófonas apresentam são, no essencial, o resultado do colóquio com o mesmo nome levado a cabo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pelo Centro de Estudos em Ciência das Religiões em 1996.

Participam neste trabalho Frei Bento Domingues (*Prefácio: Martinho Lutero em Portugal*), Viriato Soromenho-Marques (*A Reforma no horizonte da filosofia política*), Alfredo Teixeira (*Lutero e a modernidade teológica: itinerários da questão hermenêutica*), David Sampaio (*A imagem de Lutero na historiografia católica*), Carlos Silva (*Liberdade cristã e pecado*), Borges de Pinho (*Diálogo católico-luterano e as suas perspectivas de futuro*) e Dimas de Almeida (*Paradigma protestante da Reforma e a reforma do paradigma protestante*).

A obra foi lançada a 19 de Maio de 1999 com a apresentação a cargo do Pastor Dimas de Almeida e do Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo.

Da apresentação da obra, do “Prefácio” de Frei Bento Domingues, se retira o sentido primeiro deste trabalho: durante quatro séculos Portugal passou ao lado das questões religiosas que a Reforma criou e consolidou, ao menos que, neste final de século, se integre “nos desafios que a discussão do seu legado suscita” (p. 11.).

De facto, o texto de apresentação do volume espelha, num pontilhado breve de alguns factos relevantes, a realidade da relação entre o pensamento de Lutero e a cultura portuguesa. Num primeiro plano, toma-se contacto com a duplicidade antagónica do luteranismo em Portugal no próprio século XVI: Frei Jerónimo da Azambuja diz em Trento estar Portugal totalmente «limpo» da heresia luterana, negando o que Isaias da Rosa Pereira encontrara no processo inquisitorial de Manuel Travassos, luterano confesso, que apontara no seu leque de relações nomes célebres da cultura quinhentista nacional. Noutro campo, uma breve deambulação pelas edições nacionais de e sobre Lutero mostra a consolidação cultural dessa imagem vendida por Jerónimo de Azambuja já no século XVI: orgulhosamente desconhecedores.

E é exactamente esta situação que é mostrada na construção da obra: sobre Lutero ou o luteranismo em Portugal não há um artigo. Porquê? Simples, porque não houve Lutero em Portugal. Só a historiografia, naturalmente apologética, o tocou e num sentido altamente negatista, como mostra o artigo de David Sampaio Barbosa (pp. 79-88). Como o autor aponta, só neste século, e já longe dos seus anos primeiros, é que a historiografia culturalmente católica deixou o chorrilho de lugares-comuns que tinham como única funcionalidade manter o afastamento entre catolicismo e luteranismo. Mais, “a barreira confessional fez com que no passado quase nenhum católico se familiarizasse com a literatura protestante” (p. 81), o que conduziu a uma argumentação e apologética vazia e sem qualquer articulação racional.

De facto, “não parece que se possa falar de uma influência directa do pensamento de Lutero em Portugal” (p. 10). Nem a sua negação, com argumentação consistente ou cuidada encontramos. Uma das mais positivas referências a fazer a este livro, totalmente pioneiro no panorama da cultura portuguesa, é a de nos mostrar uma consciencialização da lacuna e, qual catarse mental, mostrar a validade de um encontro, mesmo que com quatro séculos de atraso.

Neste conjunto de seis textos agora editados, são abordadas em português, e por portugueses, alguns dos tópicos de reflexão mais interessantes que Lutero criou ou suscitou.

Assim, Soromenho-Marques trata as relações, aberturas e influências de Lutero e do seu pensamento na filosofia política de toda a modernidade; enraizado plenamente na análise da modernidade de Lutero está também o texto de Alfredo Teixeira, identificando pontos fundamentais da sua modernidade teológica (conducentes e caracterizadores), tendo como enfoque especial a questão hermenêutica; David Sampaio Barbosa desenvolve a visão que a historiografia católica criou de Lutero, fundamental arma na afirmação de um discurso de recusa; Carlos Silva relê Lutero num sentido inovador: da “aparente modernidade de Lutero” (p. 93 ss) procura a “renovada valência mística da doutrina luterana” (p. 99 ss); José Eduardo Borges de Pinho faz novas do caminho do diálogo católico-luterano; por último, Dimas de Almeida trata o “paradigma protestante da Reforma” (p. 143 ss) no sentido da própria identidade histórica da Europa e, desta forma, não como simples objecto “«museológico» nem «historicista»” (p. 158) mas na sua potencialidade de “carga de futuro” (p. 159).

Do sub-título fica-nos um enigma altamente positivo e provocador: “diálogo e modernidade”? Modernidade, de quem? Do pensamento de Lutero, ou do sentido da obra que finalmente rompe esses longos quatro século de não-conhecimento?

Paulo Mendes Pinto

LOPES, António – *Vieira, o Encoberto: 74 anos de evolução da sua utopia*. Cascais: Principia, 1999. 285 p.

O padre António Lopes desenvolve neste livro a sua visão sobre a vida e obra do P. António Vieira, partindo da ideia de que este foi vítima de uma ideologia silenciadora que encobriu aspectos essenciais da sua personalidade. O autor estuda as motivações que geraram este silenciamento e as lacunas dos comentadores de Vieira, e debruça-se sobre a vida do orador e escritor seiscentista, no sentido de analisar como evoluiu a sua utopia, derradeiramente concretizada na obra inacabada, e ainda inédita, *Clavis Prophetarum*, à qual é consagrada a parte mais importante e substancial deste livro.

O primeiro capítulo do livro é dedicado ao estudo da evolução do antivieirismo, correlacionado com o antijesuitismo. As suas origens remontam à acção de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, contra a Companhia de Jesus, num contexto em que a acção de alguns dos seus membros, nomeadamente os missionários no Brasil, levantava celeuma no campo político. A *Dedução Cronológica e Analítica* (1759) constituiu a obra fundamental de sustentação ideológica e doutrinal que serviu os intuitos pombalinos para a expulsão da Companhia de Jesus, tornando-se na matriz do antijesuitismo e anticlericalismo em Portugal, como bem aponta o autor. O P. António Vieira será nela especialmente visado e alvo de acusações directas. Embora assinada por José de Seabra da Silva, tornou-se evidente a responsabilidade que na redacção da *Dedução* teve Sebastião José. Apesar